

Catarina Neves*

Trilhos da Educação e do Português em Angola

R E S U M O

O sistema educativo de Angola tem sido alvo de reformas desde 1975. O almejado desenvolvimento do ensino não se materializaria, porém, na tessitura frágil de final do século XX/início do século XXI, pelo que alguns constrangimentos herdados do passado se mantêm até aos dias de hoje. Debilidades no domínio da língua Portuguesa, associadas à não utilização das línguas nacionais no processo de ensino e aprendizagem, constituem ainda aspectos a superar.

Diferentemente da maioria dos países africanos, a língua europeia da ex-potência colonizadora ganhou em Angola um predomínio ímpar. Adoptada como língua oficial após a independência angolana, o Português assumiu-se língua de escolarização de Cabinda ao Cunene. Contudo, o seu ensino-aprendizagem tem enfrentado diversos entraves, a par das línguas nacionais, num contexto de pós-guerra e reconstrução social, cultural e económica.

O debate em torno do estatuto da Língua Portuguesa em Angola e da introdução das línguas nacionais no currículo educativo deverá contribuir para o desenvolvimento do sistema de educação, na medida em que tem efeitos no desenho dos currícula, na formação de professores e nos programas de alfabetização.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Angola; Educação; Desenvolvimento.

A B S T R A C T

The education system in Angola has undergone reforms since 1975. However, the aimed goal has not been reached in the fragile context of the end of 20th century and the beginning of the 21st century, and we still can find some inherited constraints from the past.

Weaknesses in the Portuguese language, associated with the non-use of national languages in teaching and learning, are still aspects to overcome.

Differently from the majority of African countries, the former colonial language has gained in Angola an unique strength. Being adopted as the official language after Angola's independence, Portuguese has assumed to be the schooling language from Cabinda to Cunene. However, its teaching-learning faces several obstacles, along with the national languages, in a framework of post-conflict and social, cultural and economic reconstruction.

The debate around the status of Portuguese in Angola and the introduction of national languages in the educational curriculum should contribute to the development of the education system, due to its effects on curricula design, teacher training and literacy programs.

Keywords: Portuguese language; Angola; education; development.

Introdução

O presente artigo traça um enquadramento histórico do sistema educativo angolano, lançando um olhar reflexivo sobre a língua de escolarização que o enforma. Assim, numa primeira parte,

* Mestre em História, Relações Internacionais e Cooperação, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

revisitamos o sistema educativo de Angola, desde a independência à actualidade, apontando as principais medidas levadas a cabo no âmbito das duas reformas educativas a que o país assistiu desde 1975. Num segundo momento, procuramos explorar o papel que a Língua Portuguesa tem desempenhado na construção social e, concretamente, na educação angolana, durante o período citado.

Temos como objectivos, por um lado, diagnosticar os principais problemas da educação em Angola, e por outro lado, problematizar o estatuto e o ensino do Português neste país, a par das línguas nacionais.

As reflexões apresentadas decorrem de um trabalho de investigação¹ que visou caracterizar a formação de professores de Português do 1.º ciclo do ensino secundário, na província angolana de Cabinda.

O sistema educativo de Angola: desde a independência ao presente

No final da colonização portuguesa, estimava-se em 85 % da população total o índice de analfabetismo em Angola². Até então, nas palavras de Victorino³, a política educativa afigurava-se manifestamente discriminatória para os angolanos, na medida em que não permitia o acesso democrático das populações aos serviços educativos.

Com vista à alfabetização de crianças e adultos, foi aprovado em 1977 o *Plano Nacional de Acção para a Educação de Todos*. A preocupação em promover a educação no novo país era, ademais, patente no *Programa Maior do Movimento Popular de Libertação de Angola* (MPLA), documento que advogava o “desenvolvimento da instrução, da cultura e da educação ao serviço da liberdade e do progresso pacífico do povo angolano”, bem como a “liquidação da cultura e da educação colonialista e imperialistas”⁴.

Devido à escassez de recursos humanos para a docência, Cuba enviou para Angola milhares de professores para leccionarem no ensino fundamental, médio, superior, e em cursos de formação de professores. Em razão da barreira linguística, os docentes cubanos eram predominantemente empregues nas áreas de ciências naturais, história e geografia, bem como economia e engenharias, no caso do ensino superior, ficando a Língua Portuguesa a cargo de angolanos ou portugueses. Desta cooperação Sul-Sul, através de especialistas e assessores cubanos, resultaram os primeiros programas do ensino angolano⁵.

De acordo com um documento enviado pela Direcção Provincial de Educação da Huíla ao Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Ministério da Educação de Angola (MED), em 1978, os professores-estagiários do designado Destacamento Pedagógico Internacionalista “Che Guevara” tinham uma fraca preparação pedagógica e científica e um total desconhecimento da realidade angolana⁶.

¹ O trabalho de investigação foi efectuado no segundo ano do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, de onde resultou a dissertação «A formação de professores de Português do 1.º ciclo do ensino secundário em Angola: o caso de Cabinda», que poderá ser consultada na íntegra na Biblioteca da FLUP.

² António Agostinho Neto, Discurso proferido em 22 de Novembro de 1976, a propósito do lançamento da Campanha de Alfabetização (Fundação António Agostinho Neto, disponível em <http://agostinhoneto.org> - consultado em 02/2015). Discurso proferido pelo Presidente António Agostinho Neto, em 22 de Novembro de 1976, a propósito do lançamento da Campanha de Alfabetização. Por este motivo, o dia viria a ser assinalado como o Dia do Educador.

³ Samuel Carlos Victorino, “O papel da educação na reconstrução nacional da República de Angola”, *Revista Dialogos. IV Congresso Internacional de Pedagogia Social* (Brasília, v.17, 2012), 10.

⁴ MPLA, 1977, cit. in Alberto Kapitango Nguluve, “Política Educacional Angolana (1976 - 2005): Organização, Desenvolvimento e Perspectivas” (Diss. Mestrado, Universidade de São Paulo, 2006), 216.

⁵ Christine Hatzky, “«Os Bons Colonizadores»: Cuba’s Educational Mission in Angola, 1976–1991”, *Safundi: The Journal of South African and American Studies* (v. 9, n. 1, 2008), 58.

⁶ *Ibidem*, 59.

Embora não sendo marcada pela sustentabilidade, a missão, que durou até 1991, teve um efeito visível na formação dos estudantes angolanos, que de outro modo provavelmente não teriam tido acesso a conhecimentos científicos.

O intercâmbio processou-se também, desde 1977, através da deslocação de milhares de crianças e jovens angolanos para Cuba, especificamente para a Ilha da Juventude, onde estudaram em regime de internato. Além do ensino primário e secundário gratuitos, Cuba cedia bolsas de estudo para a frequência das suas universidades. A fim de manter a ligação à cultura de Angola na Ilha, também alguns dos professores eram angolanos. Ensinavam Português, Geografia e Sociologia⁷.

A aproximação de Angola - MPLA - a Cuba, Ex-União Soviética, e países do antigo Leste Europeu decorre da comunhão ideológica socialista que professavam⁸. A intervenção militar e o apoio financeiro de Cuba, solicitados por Agostinho Neto, líder do MPLA, foram decisivos para a consecução da independência.

Embora certo de que o desenvolvimento da educação tenha encontrado o seu principal obstáculo nas desavenças entre os movimentos políticos após 1975, Ngulube⁹ faz notar, como pano de fundo de tais desentendimentos, dois tipos de pressão externa: por um lado, a expansão do capitalismo, e por outro, do socialismo.

Através de uma análise da política educacional angolana, o autor descreve um cenário de crise, resultante do distanciamento do problema de ensino no espaço político. Reconhecendo nesse palco político a preponderância de interesses individuais ou de grupo pelo poder, em detrimento de preocupações sociais, Ngulube alerta para a necessidade urgente de repensar o sistema educacional angolano. Nesse sentido, deveria firmar-se um compromisso político que permitisse viabilizar dinâmicas sociais, culturais, administrativas e infra-estruturas degradadas durante a guerra¹⁰.

É analisado o impacto da guerra na formação de professores, distinguindo-se o período antes e após 1975. No entender do autor, foi passada aos professores a visão de que o colonialismo português e a guerra, desligada dos seus autores, foram os motivos do pouco avanço no seu nível de formação:

O empreendimento da guerra angolana se justificava, apenas, na medida em que os objectivos a serem alcançados visavam à liberdade política e cultural e à independência do país em relação aos portugueses - que foi a guerra empreendida antes de 1975, diferente daquela que se seguiu à independência, impedindo que uma formação mais eficaz de professores fosse possível. Numa situação em que a luta se volta pura e simplesmente à obtenção de poder, as dificuldades em relação à formação de professores são maiores, pois se nota a ausência de políticas eficazes de ampliação dos espaços escolares e de cursos de níveis superiores para formação de professores¹¹.

O Ministério do Planeamento de Angola aponta como consequências dos 27 anos de guerra em Angola: a destruição de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento; o deslocamento de pessoas das suas áreas tradicionais de residência, estimado em 4 milhões; o êxodo dos meios rurais onde as populações tinham na agricultura o principal modo de subsistência; a contaminação de terrenos com minas antipessoais; o esgotamento dos sistemas sociais de saúde, educação, saneamento, fornecimento de água e energia; a limitação de investimentos públicos, alocados às despesas militares. Além da guerra, outros factores contribuíram para o adensar dos problemas sociais:

⁷ *Idem*, 58-62.

⁸ Pedro Binji, *A Reforma Educativa em Angola: o Desafio da Construção duma Escola Libertadora* (Pádua: Centro Missionario dei Cappuccini, 2013), 68. Christine Hatzky, “«Os Bons Colonizadores»”, 55. Alberto Ngulube, “Política Educativa Angolana”, 82-83.

⁹ Alberto Ngulube, “Política Educativa Angolana”, 63.

¹⁰ *Ibidem*, 64.

¹¹ *Idem*, 55.

*Associaram-se-lhe outros factores como a condução da política económica que não foi encaminhada da melhor forma, reflectindo-se em políticas globais e sectoriais inadequadas. Tudo isto teve profundos reflexos na produção de bens alimentares e noutras actividades como o comércio, os transportes e a indústria alimentar; levando o país a uma situação de crise social cujo lado mais visível é a pobreza e fome que afecta uma significativa porção da população angolana*¹².

Após os acordos de paz de 1991 entre o MPLA e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), para terminar a guerra civil, impunha-se uma mudança no sistema de ensino até então pautado pela visão do partido único, baseado na ideologia socialista (marxismo-leninismo). O multipartidarismo abriu espaço às primeiras eleições presidenciais e legislativas em 1992 e à política de economia de mercado (capitalismo), sob o governo do MPLA¹³.

A transição da economia de orientação socialista para uma economia de mercado impunha uma mudança no sistema de educação implementado em 1978. Foram eixos determinantes da segunda reforma educativa do país o *Exame Sectorial da Educação*, efectuado de 22 de Julho a 31 de Agosto de 1992, e o *Plano Quadro Nacional de Reestruturação do Sistema Educativo*, realizado no mês de Maio de 1995¹⁴. A fim de realizar o estudo do sector, entre 1991 e 1995, o governo angolano solicitou a cooperação da UNESCO¹⁵.

A Lei n.º 13/01, de Bases do Sistema de Educação (LBSE), fundamenta a reforma, em resposta aos novos desafios democráticos em Angola e às agendas internacionais de desenvolvimento¹⁶. Neste sentido, Angola ratificou os principais compromissos dos estados em garantir o direito à educação aos seus cidadãos e cidadãs: a *Convenção sobre os Direitos da Criança*, o *Quadro de Acção de Dakar-UNESCO*, a *Declaração Mundial da Educação para Todos*, *Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*¹⁷ (ODM) e, no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), o *Protocolo sobre Educação e Formação*¹⁸.

Na introdução à LBSE, salienta-se a “vontade de realizar a escolarização de todas as crianças em idade escolar, de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos e de aumentar a eficácia do sistema educativo”¹⁹. A readaptação do sistema educativo visa responder às “novas exigências da formação de recursos humanos, necessários ao progresso sócio-económico da sociedade angolana”²⁰.

Binji²¹ destaca cinco eixos fundamentais da reforma educativa que procuram responder às demandas do país: 1) obrigatoriedade e gratuidade da educação até aos 13 anos de idade; 2) inserção da disciplina de religião e moral no currículo educativo; 3) criação do subsistema de formação de professores; 4) criação de instituições escolares especiais para alunos portadores de deficiências; 5) introdução das línguas nacionais.

¹² Ministério do Planeamento da República de Angola e Agência das Nações Unidas em Angola, “Relatório de Progresso MDG/NEPAD” (2003, disponível em http://www.undp.org/content/dam/angola/docs/documents/UNDP_AO_MDG2003_PT.pdf - consultado em 14/02/2015), 18.

¹³ Pedro Binji, *A Reforma Educativa em Angola*, 70.

¹⁴ Filipe Zau, “O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola”.

¹⁵ Pedro Binji, *A Reforma Educativa em Angola*, 97.

¹⁶ Alberto Ngulube, “Política Educacional Angolana”, 116.

¹⁷ De 6 a 8 de Setembro de 2000, 191 países e 147 chefes de Estado e de Governo aprovaram, no fórum “Cimeira do Milénio”, uma declaração com oito objectivos e dezoito metas a alcançar até 2015, em prol do desenvolvimento universal.

¹⁸ Azancot & Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola (2014). “Estudo de Caso sobre a Reforma Educativa” (2014, disponível em <http://www.adra-angola.org/wp-content/uploads/2014/03/Estudo-de-caso-sobre-a-reforma-educativa-Dr.-Azancot.pdf> - consultado em 02/02/2015), 9.

¹⁹ Lei n.º 13/2001 (de 31 de Dezembro) de Bases do Sistema Educativo Angolano (Diário da República n.º 65, 1.ª série. Luanda, Angola), 2.

²⁰ *Ibidem*.

²¹ Pedro Binji, *A Reforma Educativa em Angola*, 42-44.

Não obstante os sinais positivos de superação em relação ao anterior sistema educativo, nomeadamente a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário, há ainda um caminho árduo a percorrer. Como pontos negativos da reforma, o autor aponta:

o problema do investimento em infra-estruturas para a formação de professores a nível médio e superior, a praxis tradicional do processo de ensino e aprendizagem, a consciência de ser educador, a passagem automática no ensino primário, a monodocência, a assimetria entre a escola do campo e a escola urbana e a qualidade do ensino (a escola produtora de diplomas e não de saberes)²².

Através da LBSE, enquanto reguladora do sistema educativo, o Governo de Angola visava levar a cabo a *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*, conceptualizada no *Plano de Acção Nacional de Educação para Todos 2001-2015* (adiante designado PNA-EPT). O PNA-EPT inclui três componentes: “(i) infra-estruturas físicas (construção, reabilitação e equipamentos); (ii) recursos humanos (formação e capacitação regular e intensiva de quadros) e (iii) reforço da capacidade institucional, consubstanciado no processo de Administração e Gestão do Sistema de Educação”²³.

O PNA-EPT assenta nas recomendações do *Fórum Mundial de Educação* realizado em Dakar²⁴. Preconiza um desenvolvimento sustentável, através dos seguintes passos: “(i) reformar o sistema de educação; (ii) concluir a reforma curricular; (iii) intensificar a formação e a superação de professores primários, gestores e inspectores escolares, assim como desenvolver os sistemas de controlo da qualidade do sistema educativo”²⁵. Zau define a *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015* como:

um instrumento de orientação do Governo, com o objectivo de direccionar, integrar e conjugar o esforço nacional, na perspectiva de uma educação pública de qualidade para todos, num espaço de 15 anos. Através da mesma, o MED procurou proporcionar melhorias substanciais no desenvolvimento do processo docente educativo, com particular incidência para a educação primária e para a universalização da alfabetização de adultos²⁶.

O documento final da Consulta Pública Nacional²⁷, realizada no âmbito do projecto de Acção Nacional de Educação para Todos²⁸, em 2004, apontava como aspectos a superar no sistema nacional de educação:

- 1) Insuficiência de recursos financeiros para a gestão do sistema de ensino;
- 2) Falta de incentivos para a retenção e mobilidade geográfica do corpo docente no sistema de educação e ensino;
- 3) Fraco domínio da língua veicular pelos alunos e da língua nacional pelos professores;
- 4) Não utilização das línguas nacionais no processo de ensino e aprendizagem;
- 5) Fraca utilização da língua gestual;

²² *Ibidem*, 100.

²³ Ministério do Planeamento, “Relatório de Progresso MDG/NEPAD”, 28.

²⁴ O *Fórum Mundial de Educação* realizado em Dakar (Senegal), em Abril de 2000, reafirmou a garantia do direito de todas as pessoas (crianças, jovens e adultos) a uma formação que responda às suas necessidades educativas fundamentais, já enunciada em Jomtien (Tailândia), na *Declaração Mundial sobre Educação Para Todos - 1990*.

²⁵ Ministério do Planeamento, *idem*.

²⁶ Filipe Zau (2009). *Educação em Angola: Novos Trilhos para o Desenvolvimento* (2009, disponível em http://www.adelinotorres.com/teses/Filipe%20Zau_Educa%E7ao%20em%20Angola.pdf, consultado em 24/02/2015), 281.

²⁷ in Alberto Nguluvu, “Política Educacional Angolana”, 117.

²⁸ O documento final da Consulta Pública Nacional da ANET resultou de um encontro realizado em Luanda, de 21 a 24 de Abril de 2004.

- 6) Inexistência de programas educativos rádio televisionados em Português, línguas nacionais e língua gestual;
- 7) Deficiente promoção da cultura de cidadania;
- 8) Insuficientes estruturas infantis de atendimento à primeira infância;
- 9) Contexto sócio-económico e cultural em que vivem as famílias e comunidades não permite uma participação activa nas questões de protecção, educação e desenvolvimento das crianças na primeira infância;
- 10) Insuficiência de infra-estruturas físicas e material escolar.

Do mesmo encontro de reflexão resultam diversas recomendações:

- 1) Melhoramento da gestão dos recursos humanos;
- 2) Implementação da política de incentivos para a retenção do corpo docente no sistema de educação e ensino, particularmente nas zonas rurais;
- 3) Que sejam respeitados os critérios e normas em vigor para o funcionamento das DPE em adequação com a estrutura do MED;
- 4) Estabelecimento de uma norma que possibilite a melhoria da coordenação das agências financiadoras e ONG que trabalham no sector;
- 5) Reforço das capacidades dos centros de formação local para que possam implementar os diferentes programas e modalidades de formação de professores, formadores e gestores escolares;
- 6) Elaboração e implementação urgente de programas curriculares em línguas nacionais por forma a proporcionar o desenvolvimento da educação e formação profissional dos jovens e adultos, sobretudo dos que vivem nas zonas rurais;
- 7) Incremento da alfabetização em línguas nacionais e do ensino à distância;
- 8) Reforço na aprendizagem da língua portuguesa;
- 9) Criação de áreas de formação e cursos de acordo com as necessidades nacionais, sectoriais e revisão dos currículos de formação, no sentido de se atribuir maior carga horária às práticas e às experiências profissionais;
- 10) Garantia de distribuição do material escolar;
- 11) Criação e apetrechamento de bibliotecas escolares;
- 12) Promoção da cultura de paz e da tolerância, a educação da cidadania e a educação patriótica como pressuposto importante para a edificação de um futuro melhor para todos os angolanos²⁹.

Passada uma década desde a adopção daquele *Plano*, o MED³⁰ conclui que “a quase totalidade das acções e medidas então preconizadas não foram cumpridas na totalidade por constrangimentos de ordem conjuntural e estrutural”.

No *Relatório da Fase de Experimentação do Ensino Primário e do 1.º Ciclo do Ensino Secundário*³¹, recomendava-se, como acção essencial para a fase de generalização da reforma educativa: a formação inicial e em exercício dos professores; a disponibilização de manuais e outros meios de

²⁹ in Alberto Nguluve, “Política Educacional Angolana”, 117-118.

³⁰ Ministério da Educação, “Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos - Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola”, 13.

³¹ Ministério da Educação de Angola, “Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma Educativa - Relatório da fase de experimentação do Ensino Primário e do 1.º Ciclo do Ensino Secundário” (Luanda, 2010), 40.

ensino; a ampliação da rede escolar - construção de escolas; a implementação de políticas sociais - merenda, saúde, transporte e bolsas internas; a assistência social a famílias carenciadas.

A *Avaliação de Médio Termo da Implementação do PAN-EPT 2001-2015* levada a cabo em 2011, pelo MED, com o apoio da UNICEF, permitiu identificar vários constrangimentos e dificuldades na execução das acções previstas, de onde se destacam:

*os problemas endógenos como a deficiente qualidade dos professores, a falta de equipamentos de ensino, as debilidades no acompanhamento e controle da acção educativa (inspecção e supervisão), a insuficiência de meios financeiros, de transporte e de outros recursos, para além de problemas exógenos ligados à Política de Administração e Gestão Pública que se consubstanciam na ausência de mecanismos e de instrumentos eficazes para a descentralização e autonomização administrativa e financeira e a compatibilização entre acções descentralizadas e directrizes nacionais sectoriais. Para além destes constrangimentos, verifica-se a ausência de Mecanismos de Controlo Social e de Transparência que permitiriam a monitorização e acompanhamento dos planos, programas e as actividades educativas*³².

Face aos entraves apontados, o MED redefiniu o PAN-EPT até 2020, envolvendo a acção conjunta do Ministério da Assistência e Reinserção Social, Ministério do Trabalho e Segurança Social e Ministério da Família e Promoção da Mulher³³.

Segundo o *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População*³⁴, um dos principais factores da pobreza em Angola reside na educação, “na medida em que influencia extremamente o acesso aos serviços básicos e à capacidade de gerar activos financeiros e físicos para o agregado familiar”. Quanto mais elevado é o nível de escolaridade do líder do agregado, mais baixo o nível de pobreza da família. A alta relação entre o nível educacional de um país e o nível de renda *per capita* constitui um argumento para a aposta na educação formal em Angola, conducente ao desenvolvimento económico, dada a escassez de mão-de-obra qualificada. Porém, o sistema de ensino público carece de uma ampliação do número de vagas, que permita maior igualdade de acesso. Estudantes sem possibilidades financeiras dificilmente conseguem concluir os estudos³⁵.

No que diz respeito ao acesso à educação, são visíveis as diferenças entre o meio urbano e o meio rural: “mais famílias urbanas (76 %) e rurais (55 %) declaram ter acesso à escola até um raio de 2 km da sua residência”. Muitas crianças (29 %) têm de percorrer mais de 2 km para chegar à escola³⁶. Ascende a 20 % a percentagem da população com 6 ou mais anos de idade que nunca frequentou a escola. Dessa população, cerca de 26 % são crianças, entre os 6 e os 9 anos de idade. Outro dado preocupante consiste no baixo nível de retenção das crianças nas escolas: “mais de 60 % das crianças que terminam o ensino primário não transitam para o ensino secundário e existe um elevado número de crianças fora do sistema escolar”³⁷.

Merece também atenção o alto nível de atraso escolar: estima-se que 58.5 % das crianças e adolescentes dos 12 aos 17 anos frequentam o ensino primário, quando deveriam estar no nível secundário, em programas correspondentes à sua idade. Urge diminuir o desfasamento entre classe e idade, corrigindo o fluxo de entrada (a maioria das crianças entra aos 10 anos) e o fluxo escolar³⁸.

³² Ministério da Educação, *Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos - Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola*, 13-14.

³³ *Ibidem*.

³⁴ Instituto Nacional de Estatística - Ministério do Planeamento de Angola, *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População - Relatório Analítico* (vol. 1, Luanda, 2011), 4.

³⁵ Alberto Nguluve, “Política Educacional Angolana”, 151-152.

³⁶ Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População*, 8.

³⁷ Ministério da Educação, *Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos - Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola*, 20.

³⁸ *Ibidem*, 20-21.

O fim da guerra trouxe um fenómeno de “explosão escolar”. Em 1991 (Lei n.º 18/91) surgiram as escolas particulares, até então inexistentes devido ao sistema político, contribuindo para o aumento do número de alunos. Uma década depois, a extensão da escolaridade obrigatória da 4.ª classe para a 6.ª classe, introduzida pela LBSE, contribuiu para que se assistisse em Angola ao pulular de escolas privadas, numa tentativa de resposta à insuficiente rede pública.

Entre 2004 e 2008, o número de alunos matriculados no processo de alfabetização, iniciação, ensino primário e nas três vertentes do ensino secundário cresceu a uma taxa média anual de 15.18 %. Porém, entre 2008 e 2009, o número de analfabetos era de 34 %, a nível nacional, com grande incidência no sexo feminino, e o número de pessoas com escolarização para além do ensino primário era de apenas 4 %³⁹.

Segundo dados de 2002, com o início da reforma educativa, nos níveis primário e secundário existiam 19 012 salas de aula. Este número passou para 50 516 em 2008, constituindo um aumento de 31 504 novas salas de aula⁴⁰. O elevado rácio aluno-sala obrigou muitas escolas a dividirem o dia em três turnos de aulas: matinal, vespertino e nocturno. O MED está consciente do rácio alunos/professor ser um dos maiores na região da África Austral (“ultrapassando os 140 por sala”), pelo que tenciona aumentar esforços para eliminar as aulas por turnos e aumentar o número de horas diárias de aulas, de três para seis horas, pelo menos⁴¹. Por outro lado, não obstante o forte investimento na construção de novas escolas, é necessária uma maior aposta na construção de escolas rurais que substituam as “salas” de aula debaixo de árvores ou em escombros⁴².

Quanto ao número de efectivos escolares, entre 2002 e 2008, disparou de 2 558 136 para 5 640 554. Na mesma baliza temporal, o número de professores do ensino geral (efectivos e contratados) cresceu de 91 073, em 2002, para 191 867, em 2008⁴³. Em relação a 2010, estima-se que existissem cerca de 120 mil professores, no conjunto do sistema de ensino, exceptuando o ensino superior⁴⁴.

Numa *Mensagem sobre o Estado da Nação*, em 2013, o Presidente da República afirmava existirem, à data, 7.4 milhões de alunos matriculados em todos os níveis de ensino não universitário: 5.1 milhões no ensino primário e 2.3 milhões no ensino secundário. O número de professores era de 278 mil: 153 mil no ensino primário e classe de iniciação e 125 mil no ensino secundário. Na mesma mensagem, enunciou que, “com vista a melhorar a qualidade do Ensino de Base, o Executivo vai empreender acções para melhorar a formação de professores”⁴⁵.

De facto, o grande desafio da educação em Angola, no que diz respeito aos recursos humanos, prende-se com o baixo nível de formação académica e pedagógica dos professores. Além da percentagem muito elevada de docentes sem as qualificações adequadas para os respectivos níveis e áreas de ensino, o número de activos face às necessidades é reduzido e a sua distribuição no território irregular.

Em virtude do elevado custo de vida em Angola, sobretudo nos meios urbanos, a esmagadora maioria dos profissionais de ensino multiplica funções em várias escolas ou mantém actividades paralelas noutros sectores, de onde resultam altas taxas de absentismo e não pontualidade nas

³⁹ Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População*, 9.

⁴⁰ Ministério da Educação de Angola, *Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008)* (Luanda, 2008, disponível em <http://www.med.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=587> - consultado em 14/02/2015), 7.

⁴¹ Ministério da Educação, *Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos - Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola*, 31-32.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ Ministério da Educação, *Evolução da Educação e Ensino em Angola (2002-2008)*, 9.

⁴⁴ Governo da República de Angola - Casa Civil da Presidência da República de Angola, *Relatório Final da Estratégia Nacional de Formação de Quadros* (Lisboa: Grupo CESO CL., 2012), 32.

⁴⁵ Ministério da Educação, *Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos - Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola*, 3.

funções docentes. Nas palavras de Santos⁴⁶, a profissão de professor tornou-se uma “profissão de transição”, que dura enquanto não se abrem novas perspectivas de realização profissional.

A administração dos recursos financeiros em Angola é feita pelo governo central; nas províncias é levada a cabo pelos governos locais, que daquele dependem. O Orçamento Geral do Estado (OGE) concentra-se na estrutura central, sem que as verbas destinadas às diversas províncias sejam fixas, nem tão pouco as destinadas à educação e outros sectores⁴⁷. Um olhar sobre o OGE 2015 revela que a educação ocupa o quinto lugar na ordem das despesas, com 9.07 % do bolo total⁴⁸. O Observatório Político-Social de Angola, em conjunto com a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) concluem que “a proposta de OGE 2015 quebra com a tradição, denunciada em relatórios anteriores, de gastar mais com a defesa, segurança e ordem pública do que com a educação e saúde juntas”⁴⁹. De acordo com a mesma fonte, é a primeira vez, desde 1991, que a soma das verbas destinadas à educação e saúde (1 063.2 mil milhões kz = 10.73 mil milhões USD) ultrapassa o total da defesa, segurança e ordem pública (1 023.0 mil milhões kz = 10.32 mil milhões USD).

Contudo, embora no geral os recursos afectos à educação tenham aumentado, restringem-se a um baixo patamar, se analisados a nível internacional. Vejam-se exemplos de países africanos recentemente saídos de conflitos, como o Burundi ou a Cote d’Ivoire, cujos gastos com a educação excedem os 20 % do total de despesas, bem acima dos 9.1 % (657.8 mil milhões Kz = 6.64 mil milhões USD) que Angola dedica ao mesmo sector⁵⁰. O valor médio percentual dos orçamentos de estado nos países da SADC situa-se nos 18 %⁵¹. Nesse sentido, o MED⁵² recomenda: “para atingir os ODM, os investimentos para o sector da Educação devem ser iguais ou superiores a 5 % do PIB”.

Apesar dos esforços desenvolvidos em várias frentes, Angola ocupa a 149.^a posição do Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁵³, referente a 2013, num *ranking* de 187 países.

No que à educação diz respeito, os dados do PNUD⁵⁴ referentes a 2012 revelam taxas de 70.4 % de alfabetização de adultos (idade igual ou superior a 15 anos), e de 73 % de alfabetização de jovens (idades entre 15 e 24 anos). As taxas brutas de matrículas atingem os 87 % no nível pré-primário, 140 % no primário, 32 % no secundário e 7 % no superior⁵⁵. A taxa de abandono escolar no ensino primário ascende a 68.1 %. Quanto à qualidade da educação, o Índice de Desenvolvimento Humano apresenta o rácio alunos-professores, 46, e a despesa com educação, 3.5 % do PIB.

O atraso estrutural de Angola coloca o país numa posição frágil, em matéria de competitividade, face à SADC. Nesse sentido, “o desafio da educação, mais do que um imperativo de responsabilidade

⁴⁶ in José Fernando Boa Ventura, *Como Pensar a Formação dos Professores em Angola* (Pádua: Proget Edizioni, 2013), 3.

⁴⁷ Alberto Ngulube, “Política Educacional Angolana”, 28.

⁴⁸ Ministério das Finanças de Angola, “Orçamento de Estado 2015: resumo da despesa por função; resumo da despesa por local” (2015, disponível em <http://www.minfin.gv.ao/docs/dspOrcaCorren.htm>. - consultado em 26/06/2015).

⁴⁹ Observatório Político-Social de Angola & Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola, “Posição do OPSA e da ADRA sobre o OGE 2015” (2014, Luanda, disponível em <http://www.adra-angola.org/wp-content/uploads/2014/12/Posi%C3%A7%C3%A3o-do-OPSA-ADRA-sobre-a-proposta-do-OGE-2015.pdf> - consultado em 27/02/2015), 6.

⁵⁰ *Idem*, 6.

⁵¹ Azancot & Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente de Angola, *Estudo de Caso sobre a Reforma Educativa*, 67.

⁵² Ministério da Educação, *Comissão de Acompanhamento das Acções da Reforma*, 41.

⁵³ PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2014. Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência* (2014, Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2014_pt_web.pdf - consultado em 23/02/2015), 168.

⁵⁴ *Ibidem*, 200.

⁵⁵ Percentagens alusivas à população com idade equivalente aos respectivos níveis de ensino.

governativa e política é, fundamentalmente, um imperativo para a inserção competitiva de Angola no contexto regional”⁵⁶. Propõe-se, então, que os esforços do Governo no domínio da *Educação Para Todos*, no período 2015 a 2020, se concentrem na “reafirmção do Papel Estratégico da Educação como um direito humano e como veículo para a redução da pobreza, para a atenuação das desigualdades sociais e como condição essencial para o desenvolvimento sustentável do país”⁵⁷.

A língua portuguesa em Angola: de língua do colono a língua nacional?

A presença da língua portuguesa em África (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) assumiu um papel social crescente a partir do século XIX/início do século XX, aquando da intensificação do processo de colonização, com a formação de comunidades falantes do Português⁵⁸.

Para o avanço do seu ensino, desde então, muito contribuíram as missões portuguesas. Embora considerassem as línguas indígenas como vias de acesso aos “fiéis”, tal opção era recalcada pelas autoridades coloniais, pelo que se impunha o uso do Português: “É obrigatório em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa»; “é vedado o ensino de qualquer língua estrangeira”⁵⁹.

Se, por um lado, a língua portuguesa constituiu um instrumento (decretado) das autoridades coloniais, por outro lado, esteve ao serviço da resistência pacífica dos povos colonizados. No entender de Pinto⁶⁰, a escrita representou, a par da adesão à religião cristã e ao comércio lucrativo, uma certa resistência ou manifestação de afirmação da identidade colectiva dos povos face ao colonizador. A apropriação de valores e hábitos culturais europeus em proveito dos próprios povos é exemplificada pelo autor em dois fenómenos. O primeiro alude aos cultos sincretistas de fusão da religião cristã com as religiões tradicionais africanas. O segundo exemplo, que contribui para a nossa análise, versa o fenómeno “ambaquista”. O termo remete para os naturais de Ambaca (Cuanza Norte), educados por Jesuítas e Capuchinhos, durante o século XVIII (até à expulsão da Companhia de Jesus), que percorriam durante o século XIX as terras de Angola, vestidos à europeia, prestando serviços de escreventes. Tratavam da correspondência dos sobas (autoridades regionais tradicionais) com as autoridades coloniais, aos olhos de quem se tornaram figuras *non gratae*, por também se terem dedicado à redacção de documentos reivindicativos dos direitos africanos sob terras expropriadas. Com o aumento de colonos posterior à Conferência de Berlim (1884-1885), os ambaquistas ter-se-ão extinguido.

Já no século XX, a euforia do cultivo de café, sisal, oleaginosas e açúcar, com o consequente aumento de mão de obra, levou à concentração de pessoas oriundas de regiões distintas, favorecendo o uso do Português como língua de comunicação, ainda que de modo torpe, dada a inexistência de programas de alfabetização⁶¹.

Também a guerra anti-colonial, desde 1961, constituiu um factor de promoção da Língua Portuguesa, ensinada nas escolas da guerrilha, nas matas, de forma a evitar resquícios de tribalismo

⁵⁶ Ministério da Educação, *Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos - Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola*, 37.

⁵⁷ *Ibidem*, 39.

⁵⁸ Perpétua Gonçalves, “A formação de variedades africanas do Português: argumentos para uma abordagem multidimensional” in *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro, Textos da conferência internacional A Língua Portuguesa: Presente e Futuro - 2004* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005), 223-224.

⁵⁹ Decreto n.º 77/1921 de 9 de Dezembro, artigo 1.º Boletim Oficial de Angola n.º 5, 1.ª série. In Jorge Morais Barbosa, *A Língua Portuguesa no Mundo*, (Lisboa: Junta de Investigação Tropical, 1969), 139-140.

⁶⁰ Alberto Oliveira Pinto, *Cabinda e as construções da sua história (1783-1887)* (Lisboa: Dinalivro, 2006), 64-68.

⁶¹ Filipe Zau, “O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola” (Diss. Doutoramento, Universidade Aberta, 2005), 726.

que não contribuiriam para o engajamento de angolanos de etnias distintas. Ilustramos esta evidência com uma passagem do *Mayombe*⁶²:

–*Qual é o teu nome de guerra?*

–*Não tenho.*

–*Bom. Temos de lhe arranjar um nome. Que propõem, camaradas?*

–*Os guerrilheiros estudavam o rapaz. Este baixou os olhos.*

–*Onhoká, a cobra - propôs Ekuikui.*

–*Deixa lá o teu umbundo - cortou Sem Medo. - Ou lhe dás um nome na língua dele, ou em português, que é de todos. Mas não na tua... Aí começa o imperialismo umbundo!*

Nas décadas seguintes, a Língua Portuguesa continuaria a expandir-se, enquanto meio de comunicação dos deslocados das respectivas áreas dialectais, por consequência da guerra civil, geradora de largos fenómenos de êxodo rural, migrações e realojamentos⁶³.

Após a independência dos cinco novos países africanos, Guiné-Bissau (1974), Moçambique, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e Angola (1975), todos adoptaram como língua oficial o Português, uma escolha que terá sido motivada por razões diversas. Política e economicamente, convinha assegurar a unidade territorial da lusofonia, no seio da União Africana, e aos olhos das Nações Unidas, bem como facilitar a integração económica através de uma língua com peso nos mercados. No que diz respeito ao sistema educativo, também era natural que se mantivesse a “ordem” estabelecida. Em terceiro lugar, assegurava-se a circulação da informação⁶⁴.

O Português assumiria um papel estruturante e unificador na comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e, subsequentemente, na criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, enquanto “veículo, património, espaço e fundamento de um projecto comum, em diálogo com outras línguas nacionais”⁶⁵.

No caso concreto de Angola, país etnicamente heterogéneo, não podemos ignorar a função unificadora da Língua Portuguesa. Diferentemente da maioria dos países africanos, a língua europeia da ex-potência colonizadora ganhou em Angola um predomínio impar, passando da “língua do colono” para a língua veicular/dominante/instrumento de alfabetização, e chegando a língua materna para mais de 20 % da população⁶⁶.

Em contrapartida, a nosso ver negativa, a diversidade linguística e cultural viria a ser considerada em muitos discursos como um “factor de fragmentação para a construção da Unidade Nacional e não como um património e um recurso valiosos”⁶⁷. De outro modo, como levar a bom porto o slogan do MPLA - “um só povo, uma só nação de Cabinda ao Cunene”?

Contudo, o facto de ter sido a língua do colonizador impedia o Português de ser “moralmente” aceite como língua nacional. No *III Simpósio sobre Cultura Nacional*, a 11 de Setembro de 2006, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, associava o conceito de

⁶² Pepetela, *Mayombe* (12ª ed., Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2013), 71. A floresta tropical do Mayombe, a norte da província de Cabinda, serve de palco e título ao romance escrito por Pepetela aquando da sua participação na guerra por um país livre e unificado, Angola.

⁶³ Filipe Zau, “O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola”, 728.

⁶⁴ Nelson Pestana, “A língua portuguesa em Angola”, *Lucere, Revista académica da Universidade Católica de Angola* (n.º 4, Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica/UCAN, 2006), 145-157.

⁶⁵ *Ibidem*, 145.

⁶⁶ Dados do MED indicam que, nos finais dos anos 80, o Português teria passado a língua materna de cerca de 11 % da população, e no ano 2000 o número ultrapassou os 21 %, transformando-se assim na língua dominante (Filipe Zau, 2005, 737). De acordo com o Observatório da Língua Portuguesa (2015), a língua é falada por 85 % da população angolana.

⁶⁷ Filipe Zau, “O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola”, 56.

“nacional” ao factor geográfico, apontando a abrangência linguística total da Língua Portuguesa no território angolano:

*as línguas africanas de Angola, até aqui designadas ‘línguas nacionais’, [são-no] talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras [...] Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adoptada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola*⁶⁸.

Debatendo o estatuto da Língua Portuguesa em Angola, Pestana⁶⁹ questiona-lhe a dualidade: “pátria de todos” ou “espólio de guerra”? Na óptica do investigador, o Português é parte integrante da formação da angolanidade, desde o seu estatuto nacional no reino do Congo (século XVI) até à luta pela independência, num contínuo de apropriação, enriquecimento no contacto com as outras línguas faladas em Angola e modelagem da própria língua falada em Portugal. Registem-se, a título de exemplo, as palavras “bué” (muito) e “kota” (mais velho), emprestadas, respectivamente, do calão de Luanda e do Kimbundu (“dikota”). Ambas são consagradas pela Academia das Ciências de Lisboa, no seu Dicionário de Língua Portuguesa. Outro vocábulo, menos suspeito, mas também oriundo do Kimbundu é “quezília” (“kijila” - interdição). A interferência linguística possibilitou, igualmente, a importação de alguns vocábulos do Português para as línguas locais. Vejam-se os exemplos de palavras como “sabola” (cebola) e “sikola/sikóola” (escola), do Kimbundu, Kikongo e Umbundu⁷⁰.

Diversos académicos angolanos problematizam a nacionalização da Língua Portuguesa em Angola, isto é, o seu reconhecimento como nacional (ainda que de origem estrangeira), para além de oficial e veicular. Factores como o próprio estatuto exclusivo de língua oficial, a sua abrangente extensão territorial e populacional, bem como o facto de ser a língua materna de muitos angolanos levam-nos a concordar com a legitimação do estatuto de língua nacional⁷¹.

Em Angola, o Português está em contacto com línguas do grupo Níger-Congo, usualmente designadas línguas bantu, e constitui um importante veículo de comunicação, sobretudo nas zonas urbanas⁷². Nove grupos etnolinguísticos bantu e três não bantu (Khoi, San e Kuroka⁷³) coabitam no país, concretizando-se em cerca de vinte línguas nacionais⁷⁴.

Não existem dados exaustivos sobre a percentagem de falantes de cada língua. Sabemos que o uso das línguas nacionais ocorre sobretudo no meio rural, sendo a língua oficial de utilização generalizada para a maioria da população. De acordo com o Observatório da Língua Portuguesa⁷⁵,

⁶⁸ Maria Helena S. Miguel, “A língua portuguesa em Angola: Normativismo e Glotopolítica”, *Lucere, Revista académica da Universidade Católica de Angola*, (n.º 5, Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica/UCAN, 2008), 38.

⁶⁹ Nelson Pestana, “A língua portuguesa em Angola”, 146-147.

⁷⁰ Conceição Neto, *O perfil linguístico e comunicativo dos alunos da escola de formação de professores “Garcia Neto” (Luanda - Angola)* (Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009), 28.

⁷¹ Domingos Nzau, “A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização” (Diss. Doutoramento, Universidade da Beira Interior, 2011). Maria Helena S. Miguel, “A língua portuguesa em Angola: Normativismo e Glotopolítica”, *Lucere, Revista académica da Universidade Católica de Angola*, (n.º 5, Luanda: Centro de Estudos e Investigação Científica/UCAN, 2008), 35-48. Nelson Pestana, “A língua portuguesa em Angola”, 145-157.

⁷² Perpétua Gonçalves, “A formação de variedades africanas do Português: argumentos para uma abordagem multidimensional”, 227.

⁷³ Ou *Vátwa* (Conceição Neto, *O perfil linguístico e comunicativo dos alunos da escola de formação de professores “Garcia Neto” (Luanda - Angola)*, 20).

⁷⁴ Nelson Pestana, “A língua portuguesa em Angola”, 145-157.

⁷⁵ Observatório da Língua Portuguesa, “Angola vai avaliar nível de aprendizagem das línguas nacionais” (5/03/2015, disponível em <http://www.observalinguaportuguesa.org/pt/noticias/angola-vai-avaliar-nivel-de-aprendizagem-das-linguas-nacionais> - consultado em 10/06/2015).

entre as línguas nacionais angolanas, o Umbundo é o mais falado (29 %), seguido do Kimbundu (10 %) e do Kikongo (9 %).

A Lei do Património Cultural de Angola⁷⁶ reconhece as línguas nacionais como “bens de interesse cultural relevante”, e estipula que o “ensino, valorização, defesa das línguas nacionais e das suas variantes locais constituem objecto de políticas e legislação próprias”. A este propósito, Nzau⁷⁷ considera que a “política linguística tem representado uma das vertentes onde se escondem muitos males responsáveis pela actual situação de desequilíbrio entre as línguas de Angola, pois muitas tentativas de regulação das práticas linguísticas expiram, quase sempre, antes de ser implementadas”.

Cabendo ao Estado angolano tomar decisões sobre as suas línguas, foi criado em 1985 o Instituto de Línguas Nacionais (ILN), competindo-lhe “o estudo científico das línguas nacionais, a sua normalização e o controlo dos dados linguísticos ao nível da sua difusão”⁷⁸. Porém, só em 2009 viria a ser aprovado o seu estatuto orgânico, mediante o Decreto n.º 55/09.

A inexistência de padronização e sistemas ortográficos oficiais das línguas africanas deu um salto em frente aquando da Resolução n.º 3/1987, do Conselho de Ministros, que aprovou a criação dos alfabetos de seis línguas angolanas, Kikongo, Kimbundu, Cokwé, Umbundu, Mbunda e Oxikwanyama, bem como as respectivas regras de transcrição, “a título experimental”⁷⁹.

Em 2004, o Vice-Ministro da Educação, Pinda Simão, revelava, em comunicado à imprensa, que as línguas nacionais angolanas seriam introduzidas no sistema oficial de ensino a partir do ano lectivo de 2006, nomeadamente nos primeiros anos de escolaridade. A metodologia prevista pelo MED visava “ensinar a língua predominante na zona onde estiver implantada a escola”⁸⁰. Em paralelo, a directora do ILN, em 2004, Amélia Mingas, alertava para o risco de desaparecimento das línguas nacionais de Angola, caso não fossem tomadas medidas⁸¹. Neste seguimento, à margem do *II Encontro das Línguas Nacionais* (decorrido em Luanda, de 1 a 3 de Setembro de 2004), e de acordo com a mesma fonte, também o Primeiro-Ministro, Fernando Dias dos Santos, defendia a obrigatoriedade do ensino das línguas nacionais.

A inclusão das línguas nacionais no sistema de ensino angolano tem-se debatido, porém, com o desinteresse ou oposição de muitos angolanos, porquanto não lhes reconhecem um valor funcional. Contrariamente, defendem o ensino de línguas estrangeiras (Inglês e Francês), pela garantia de melhor posicionamento no mercado profissional, dentro e fora do país⁸².

O projecto do MED, previa, a partir de 2005, a inserção curricular de seis línguas nacionais, e o Português como língua segunda, em todas as seis classes do ensino primário. Numa segunda fase, as línguas nacionais seriam usadas como veículo de ensino-aprendizagem de conhecimentos técnico-científicos⁸³. Não tivemos, porém, acesso a dados sobre a aplicação deste projecto: províncias de implementação, número de escolas, classes e alunos abrangidos, número de docentes envolvidos no projecto e metodologias de formação destes profissionais.

⁷⁶ Lei n.º 14/2005 (de 7 de Outubro) do Património cultural (disponível em http://www.mincultura.gv.ao/patrimonio_lei.htm - consultado em 10/07/2015), artigo 3.º, pontos 1 e 2.

⁷⁷ Domingos Nzau, “A Língua Portuguesa em Angola. Um Contributo para o Estudo da sua Nacionalização”, 37.

⁷⁸ Artigo 3.º do DL n.º 40/85, do Conselho de Segurança, cit in Maria Helena S. Miguel, “A língua portuguesa em Angola”, 45.

⁷⁹ Resolução n.º 3/1987, de 23 de Maio

(Disponível em http://www.embaixadadeangola.org/cultura/linguas/set_inac.html - consultado em 10/06/2015), artigo 1.º.

⁸⁰ Angonoticias (09 de Setembro de 2004). “Línguas nacionais vão entrar no sistema oficial de ensino em 2006” (Lusa, 09/09/2004, disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/2136> - consultado em 6/06/2014).

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² Maria Helena S. Miguel, “A língua portuguesa em Angola”, 39.

⁸³ *Ibidem*, 40.

Por ocasião do *III Congresso Internacional de Língua Portuguesa*, decorrido em Setembro de 2014, em Luanda, o Ministro da Educação, Pinda Simão, garantiu que a aprendizagem das línguas nacionais nas escolas é um processo que está em curso, embora enfrentando dificuldades para encontrar professores aptos a ensiná-las. Informou ainda estar prevista uma avaliação à aprendizagem das línguas nacionais, no âmbito do *Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação*, também designado de *Educar Angola 2015-2025*, que se prevê entrar em vigor em 2015⁸⁴.

O MED estipula, no âmbito do PAN-EPT, que se fomente a “pesquisa - acção para o desenvolvimento do bilinguismo e consolidação do ensino do português como segunda língua, adequado ao contexto sociolinguístico nacional”⁸⁵. No entanto, o bilinguismo proclamado pelo MED, quando classifica a inclusão das línguas nacionais no ensino primário como “um trabalho que visa a criação de um cidadão bilingue em Angola”⁸⁶, tem sido até aqui utópico. Um cidadão angolano cuja língua materna não seja a portuguesa, tornar-se-á, em princípio, bilingue durante o percurso escolar. Já o contrário não é válido, pois um cidadão angolano cuja língua materna seja o Português dificilmente se tornará bilingue pela aquisição de uma segunda língua, nacional, na escola. Além disso, conforme Maria Miguel⁸⁷ lembra, o bilinguismo funcional não poderia depender apenas de um currículo escolar, mas também de condições comunicativas para o uso das duas línguas.

A adopção da Língua Portuguesa como língua oficial e, conseqüentemente, língua de ensino, administração pública e comunicação social, decorreu em contextos de profundas mudanças sociopolíticas, confrontando-se com entraves, sobretudo ao nível da planificação linguística e do seu ensino-aprendizagem. Como aponta Gonçalves⁸⁸, em relação a Moçambique e Angola,

*apesar de ser uma língua não materna para a maior parte dos membros das comunidades africanas, o Português iria ser a língua de mais alto prestígio, criando disparidades socioculturais nem sempre fáceis de gerir; sendo falado como língua não materna, o Português iria registar múltiplas alterações das suas propriedades e regras, requerendo decisões, políticas, sobre a sua legitimidade e aceitabilidade; o Português iria ser ensinado por professores que, em muitos casos, nunca tiveram contacto com a norma europeia nativa, e iria ser aprendido por crianças que, pelo menos nas comunidades rurais, apenas iam ter acesso a esta língua nas escassas horas que passam na escola, tornando-se uma das principais causas do alto índice de insucesso escolar*⁸⁹.

À semelhança da reconhecida variante de Português do Brasil, a Língua Portuguesa em Angola carece de uma decisão política: ser consagrada ou não uma variante angolana do Português? A contínua classificação dos desvios à norma do Português europeu como erros no Português de Angola afigura-se como um remar contra a maré, que em nada contribui para o sucesso escolar. Os desvios vão desde o domínio lexical ao morfossintáctico, passando naturalmente pela pronúncia. Vejam-se alguns exemplos de hibridismo linguístico elencados por Neto⁹⁰: (1) Este é o problema que estamos com ele. <Este é o problema que temos. (2) Estávamos ir no serviço dele e não estávamos lhe encontrar. <Fomos ao serviço dele e não o encontrámos. (3) Me abraçam. <Abracem-me. (4) João, filho dele foi na escola. <O filho do João foi à escola.

⁸⁴ Observatório da Língua Portuguesa, “Angola vai avaliar nível de aprendizagem das línguas nacionais”.

⁸⁵ Ministério da Educação da República de Angola, “Relatório de Monitorização Sobre Educação para Todos - Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola” (Luanda, 2014), 40.

⁸⁶ *cit in* Maria Helena S. Miguel, “A língua portuguesa em Angola”, 39.

⁸⁷ *Idem*.

⁸⁸ Perpétua Gonçalves, “A formação de variedades africanas do Português: argumentos para uma abordagem multidimensional”.

⁸⁹ *Ibidem*, 232.

⁹⁰ Conceição Neto, *O perfil linguístico e comunicativo dos alunos da escola de formação de professores “Garcia Neto” (Luanda - Angola)*, 24.

Uma tomada de posição favorável à variante angolana do Português conduziria a um investimento na pesquisa linguística, bem como à formação de professores de acordo com as especificidades de tal variante. De igual modo, a pesquisa sobre a interferência das línguas autóctones no Português contribuiria em larga medida para ultrapassar as dificuldades do seu ensino-aprendizagem.

Em paralelo, a promoção das línguas nacionais africanas não poderá, a nosso ver, limitar-se a programas de alfabetização e inserção nos *curricula* escolares. Deverá também passar por um incentivo à publicação escrita, literária, com apoios governamentais. O investimento na escrita em línguas nacionais viria reforçar a difusão oral, dinamizada pela Rádio e Televisão Nacionais de Angola, em cerca de uma dezena de programas regionais, a par das emissões em Português. Além disso, a oferta literária em línguas nacionais seria um valioso instrumento de ensino-aprendizagem, a par de materiais pedagógicos já existentes (manuais), para alfabetização em Cokwe, Kikongo, Kimbundu, Ngangela, Olunyaneka e Oshiwambo.

